

Grávida aos 10: violência, despreparo, gritos, silêncio

O Brasil tem sido incapaz de prevenir esse tipo de violência e o estupro é absolvido pelo casamento infantil, que é uma das principais violações de direito de meninas em todo o mundo

Viviana Santiago

25 de agosto de 2020

FOLHAPRESS/FOLHAPRESS



A gravidez na infância e na adolescência precisa ser compreendida por agentes de segurança pública para além do enviesamento moral e punitivista

Nas últimas semanas, o Brasil foi sacudido por uma notícia avassaladora: a gravidez decorrente da violência sexual a qual foi submetida uma menina de 10 anos de idade. Os desdobramentos dessa notícia transformam essa realidade numa sucessão de violações de direitos alucinante e perversa.

2018 foi o ano em que o país bateu recordes de violência sexual. Segundo dados do *Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030*, que monitora a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, foram 2018 também foi o ano de maior índice de registros de abuso sexual contra crianças e adolescentes desde 2011: 32 mil casos, três crianças por hora, sem contar o alto índice de subnotificação. O documento também aponta que 92% das crianças e adolescentes que sofrem violência sexual são meninas. Na cidade de São Mateus, onde vivia a menina sobre a qual tanto se falou nas últimas

semanas, em dez anos, 158 meninas com até 14 anos engravidaram e não interromperam a gestação. De acordo com os registros, um terço delas vivia em “união consensual”, ilegal desde 2019 no Brasil.

Uma menina sofreu violência sexual durante quatro anos. Como ela, infelizmente, milhares de outras no Brasil vivenciam essa situação todos os dias, e eu me pergunto qual o porquê dessas violências não serem suficientemente prevenidas, precocemente detectadas e por fim interditadas? A mesma sociedade que grita e protesta para impedir um aborto legal previsto em lei é a que silencia para meninas esposas grávidas caminhando pela sociedade todos os dias.

Esse caso mostra como não apenas o Brasil tem sido incapaz de prevenir violência como também as naturaliza e aprofunda: O estupro, aqui compreendido de maneira naturalizada por uma leitura equivocada de consentimento, depois é absolvido pelo casamento infantil, que é uma das principais violações de direito de meninas em todo o mundo e no Brasil, quarto país do mundo em número de casamentos infantis, de acordo com dados do *Girl not Brides*. Por fim, temos a gravidez mantida mesmo diante do estupro, e que segundo os movimentos internacionais de defesa de direitos de crianças e adolescentes pode ser considerada uma tortura.

É preciso modificar esse cenário. Dessa forma, atuar no processo de desenvolvimento de capacidades da rede de proteção para a detecção de sinais de violência sexual, de maneira precoce, é fundamental para que se possa apoiar vítimas de violência sexual. Ampliar o debate sobre sexualidade, privacidade, violação, consentimento e violência sexual com crianças e adolescentes e suas famílias é o ponto chave para que essas crianças e adolescentes possam identificar a violência e/ou o risco da mesma, e saber pedir ajuda. Sensibilizar o conjunto da sociedade acerca da importância de se compreender crianças e adolescentes como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, como preconizado pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), é o ponto chave para desnaturalizar as sistemáticas violações de direitos socialmente aceitas porque são impostas às meninas as mesmas condições de vida de uma mulher adulta: sexo, gravidez e casamento, sem considerar o impacto em seu desenvolvimento físico e sua saúde mental e bem estar emocional.

A gravidez na infância e na adolescência, assim como a culpabilização das vítimas pela violência sexual a qual são submetidas, são conteúdos que precisam ser compreendidos por agentes de segurança pública para além do enviesamento moral e punitivista de corpos e vidas de meninas e mulheres. Sim, a segurança pública precisa se revisitar e identificar em que medida sua percepção de violência não está enviesada.

Afinal, meninas de 10 anos de idade, grávidas e em uniões consensuais, percorrem uma série de equipamentos sociais, sem que nenhuma pessoa, inclusive agentes de segurança pública, questionem a violência que esse ato representa, e a minha pergunta é por quê? A resposta, se for sincera, vai evidenciar o meu ponto: porque o casamento ainda é entendido como solução para a violência sexual, porque a despeito de todas as mudanças na legislação, na lógica do dia a dia continua operando o entendimento de que um homem, se disposto a se casar, pode usar o corpo de uma menina e triturar sua vida e desenvolvimento. Ou mudamos essa percepção, ou esses números não vão mudar. O curso dessas histórias de vida não vai mudar. Continuaremos sendo o país em que, por ano, no mínimo trinta e duas mil meninas são violentadas sexualmente.

Viviana Santiago

Gerente de Gênero e Incidência Política da Plan International e mestranda em Resolução de Conflitos e Negociação- Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO)

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhb-s5myy-3pmpy-8fma6-b2uqs-76dju-pjg68-sjpj6-urnqf-yg5si-ohcr8-grs9u-fvcnc-gb8bf-qrsno-fof>

